

## ENSINAR E (RE)EXISTIR: AUTOETNOGRAFIA NEGRA LÉSBICA COMO PRÁTICA DOCENTE FEMINISTA NA AMAZÔNIA.

**EDINÉIA DE SENA SILVA LOPES.**  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - UFPA  
E-mail: [isadoraeduda0109@gmail.com](mailto:isadoraeduda0109@gmail.com)

**DAYANA BRUNETTO CARLIN DOS SANTOS**  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - UFPR  
E-mail: [dayanabrunetto@ufpr.br](mailto:dayanabrunetto@ufpr.br)

**ORLANDO NOBRE BEZERRA DE SOUSA**  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
E-mail: [orlandonbsouza@gmail.com](mailto:orlandonbsouza@gmail.com)

### INTRODUÇÃO

#### O PROBLEMA DE ENSINAR APARTIR DAS MARGENS: AS MARGENS DA MINHA IDENTIDADE.

Eu entro na sala de aula antes mesmo de começar a aula.  
Entro quando atravesso o corredor.  
Entro quando o burburinho diminui.  
Entro quando os olhares se cruzam comigo.  
“É ela?”  
“É a professora?”  
“Ela vai falar disso de novo?”  
(Lopes, 2026).

Meu corpo anuncia a aula antes do plano pedagógico. Sou mulher negra, lésbica, amazônida e professora. Nenhuma dessas dimensões aparece isolada; elas se cruzam, se tensionam e se reforçam. Ensinar, a partir desse lugar, nunca foi apenas transmitir conteúdos curriculares. Ensinar, para mim, sempre foi um ato de afirmação de existência em espaços que historicamente tentaram me expulsar, me silenciar ou me tolerar apenas sob condições.

*“Abro o diário de classe. Abro o caderno. Abro o corpo. Sei que hoje vou precisar me explicar antes de ensinar” (Lopes, 2026).*



Ensinar na Amazônia paraense, sendo uma mulher negra e lésbica, é um ato que ultrapassa o exercício profissional e se inscreve no campo da (re)existência. A docência, nesse contexto, não se limita à transmissão de conteúdo, mas se constitui como prática política, atravessada por relações de poder, silenciamentos históricos e disputas curriculares. A questão central que orienta este texto reside na invisibilização das experiências negras lésbicas no campo educacional, especialmente nas práticas docentes e nos referenciais que sustentam a formação de professoras/es na Educação Básica e Superior.

É nesse contexto que a autoetnografia negra lésbica emerge não apenas como metodologia de pesquisa, mas como estratégia política, epistemológica e existencial. Não escrevo sobre a docência; escrevo desde a docência. Não analiso um objeto distante; analiso o que me atravessa diariamente. Como nos lembra bell hooks, ensinar pode ser um ato de liberdade, mas essa liberdade não é dada; ela é disputada.

Historicamente, o currículo escolar foi estruturado a partir de uma lógica eurocêntrica, heteronormativa e patriarcal, que marginaliza corpos dissidentes e saberes produzidos fora do eixo colonial. Diante disso, questiona-se: como ensinar quando o próprio corpo docente é alvo de negação, silenciamento e violência simbólica? E mais: de que maneira a autoetnografia negra lésbica pode se constituir como prática docente feminista e insurgente?

## **AUTOETNOGRAFIA INTERSECCIONAL: QUANDO A VIDA VIRA MÉTODO.**

Escolher a autoetnografia como caminho metodológico não foi uma decisão neutra. Foi uma recusa. Recusa à falsa objetividade científica que sempre exigiu distanciamento, silenciamento e neutralização dos corpos subalternizados. No meu projeto de doutorado, assumo a autoetnografia interseccional como método que articula narrativa, análise crítica e implicação política.

Não escrevo para contar histórias pessoais. Escrevo para revelar como as estruturas de poder atravessam o cotidiano docente. Raça, gênero, sexualidade, classe e



território não são categorias analíticas abstratas; são experiências vividas no corpo, no olhar do outro, na fala interrompida, no conteúdo questionado.

*“Professora, isso é militância.”  
Anoto mentalmente: dado etnográfico (Lopes, 2026.)*

Metodologicamente, o estudo seguiu pela rota da pesquisa autoetnográfica como método e como pedagogia, compreendendo-a como possibilidade de romper com epistemologias coloniais, ao afirmar o corpo, a memória, a identidade e a experiência como fontes legítimas de conhecimento.

Neste sentido, a autoetnografia performática é uma metodologia de pesquisa qualitativa que busca problematizar as resistências entre o “eu” (auto) e o coletivo (etno) no ato de escrever (grafia). Desse modo, a “autoetnografia é uma abordagem de pesquisa e escrita que busca descrever e analisar sistematicamente a experiência pessoal para compreender a experiência cultural” (ELLIS; ADAMS; BOCHNER, 2011, p. 273).

Assim, o objetivo deste estudo é discutir a construção teórico-prática da autoetnografia performática e sua aplicabilidade como método de pesquisa e análise qualitativa no campo do feminismo, da educação e da lesbianidade, especialmente quando se trata de corpos historicamente marginalizados.

Ao ancorar a produção do conhecimento no corpo vivido atravessado por intersecções de raça, etnicidade, gênero, sexualidade e outros marcadores sociais, a autoetnografia reconhece a experiência singular como ponto de partida analítico capaz de nomear vivências compartilhadas por muitas. Aproximando-se da noção de “escrevivência”, elaborada por Conceição Evaristo, a autoetnografia, quando mobilizada por corpos historicamente oprimidos e submetidos a múltiplas camadas de dominação, transforma a experiência da autora em ferramenta crítica para confrontar discursos hegemônicos (EVARISTO, 2007; 2011).

## DESENVOLVIMENTO

### TECENDO-ME NA PESQUISA: DOCÊNCIA FEMINISTA NEGRA LÉSBICA TENSIONANDO O ENSINAR COMO ATO DE RISCO.



Primeiro dia de aula.

*Entro. Me apresento. Uma aluna cochicha: “Ela é lésbica, né?”  
Respondo com o conteúdo. O corpo já respondeu antes.  
(Lopes, 2026).*

Cada autoetnografia registra um acontecimento pedagógico em que o poder se manifesta: no silêncio, na interrupção, na dúvida lançada sobre minha legitimidade. Em uma aula sobre direitos humanos, apresento autoras negras e lésbicas. Um estudante levanta a mão:

*“Professora, essas autoras não são muito parciais?”(Lopes, 2026).*

Respiro! Pergunto quem definiu o que é neutralidade. O silêncio pesa. Sustento.

*O silêncio também é currículo (Lopes, 2026).*

É no campo das experiências, vivências e resistências que ora me apresento na construção dos interesses dessa escrita, sendo o papel redigido e lançado à arena de anseios e questões marcadas pela trajetória pessoal como militante da bandeira LGBTQIA+, ora como docente que instiga cada vez mais pelo processo de inclusão e visibilidade das pessoas que são minorizadas socialmente, dentre elas a comunidade LGBTQIA+ por compor um dos extratos sociais mais excluídos.

## CONCLUSÃO

### AS NOTAS QUE NÃO SE CONCLUEM

Ensinar e (re)existir, na Amazônia paraense, sendo uma mulher negra lésbica, é um exercício cotidiano de resistência. A autoetnografia, enquanto prática docente feminista, possibilita transformar a experiência em conhecimento, o corpo em texto e a docência em ato político. Ao assumir a própria história como fonte legítima de saber, rompe-se com epistemologias coloniais e abre-se caminho para currículos mais plurais, inclusivos e comprometidos com a justiça social.

Dessa maneira, essa metodologia, torna-se uma pedagogia insurgente, capaz de tensionar estruturas excludentes e de produzir fissuras no modelo educacional hegemônico. Trata-se de afirmar que corpos negros lésbicos não apenas ensinam, mas



produzem teoria, constroem práticas educativas transformadoras e reinventam a escola a partir das margens.

Nesse sentido, ensinar deixa de ser apenas um ato profissional e se torna um gesto ético de (re)existência, fundamental para a construção de uma educação amazônica comprometida com a diversidade, a equidade e a emancipação dos sujeitos. Radicalizar a autoetnografia é afirmar que minha vida importa como fonte legítima de conhecimento. No contexto do meu projeto de doutorado, a autoetnografia interseccional se consolida como prática docente feminista, comprometida com a descolonização do currículo e com a produção de justiça social.

Tecendo-me na pesquisa, assumo que minha trajetória não é apenas objeto de reflexão, mas fundamento epistemológico que desestabiliza a noção de neutralidade docente e afirma o ensino como prática situada, atravessada por relações de poder, afetos e conflitos.

A docência feminista negra lésbica, aqui discutida, revela que o ato de ensinar é também um ato de risco: risco de ser interpelada, silenciada, questionada; risco de desagradar normas morais, religiosas e institucionais; risco de romper com currículos hegemônicos e expor a sala de aula como espaço de disputa simbólica. No entanto, é justamente nesse risco que reside a potência pedagógica, pois ele abre fissuras para outras formas de aprender, ensinar e existir.

Por isso tudo, falar a partir do meu lugar, é um ato contínuo de (re)existência. Ao narrar minha prática, afirmo que meu corpo é método, arquivo e currículo. A autoetnografia negra lésbica, na Amazônia Paraense, contribui para a construção de pedagogias decoloniais, capazes de transformar a escola em espaço de disputa, cuidado e produção de futuros possíveis.

*“No fim do dia, fecho o caderno. Amanhã, entro de novo em sala. Com o corpo inteiro”*  
(Lopes, 2026).



## REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019.

EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água**. Rio de Janeiro: Pallas, 2014.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

hooks, bell. **Olhares negros**: raça e representação. São Paulo: Elefante, 2019.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LORDE, Audre. **Irmã outsider**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. **Epistemology of the Closet**. Berkeley: University of California Press, 1990.

